

TSE aponta erros e responde a dúvidas da Defesa sobre as eleições

ELEIÇÕES 2022

RESPOSTA TÉCNICA
TSE rebate dúvidas de militares sobre urnas e ataques de Bolsonaro



Ofensiva. Em ofício ao Ministério da Defesa, Fachin defendeu a lisura do processo eleitoral



Demanda. Paulo Sérgio pediu para ser o interlocutor da Comissão de Transparência das Eleições

ANDRÉ DE SOUZA E JUSSARA SOARES

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) rebateu ontem questionamentos feitos pelas Forças Armadas ao processo eleitoral e apontou 'erro' em parte das sugestões enviadas pelos militares. Em sete pontos, a Corte, que cita as recomendações como 'opiniões', diz que segue orientação de segurança da Polícia Federal (PF) ao concentrar a totalização dos votos em equipamentos em Brasília e nega a existência de uma 'sala secreta ou escura' de apuração, termo usado pelo presidente Jair Bolsonaro quando sugeriu uma contabilização paralela dos votos por parte dos militares.

O documento com as explicações técnicas é mais uma tentativa do tribunal de tentar colocar um ponto final nas suspeitas levantadas por Bolsonaro ao processo eleitoral, mesmo sem nunca ter apresentado qualquer prova de irregularidade. Na quinta-feira passada, em sua live semanal, o presidente afirmou que a Corte havia deixado sem resposta 'vulnerabilidades' apontadas pelas Forças Armadas e anunciou que o seu partido, o PL, vai contratar uma empresa para auditar as urnas, em nova investida contra

'Não há, com o devido respeito, 'sala escura' de apuração. Os votos digitados na urna eletrônica são automaticamente computados e podem ser contabilizados em qualquer lugar'

Tribunal Superior Eleitoral, em resposta às Forças Armadas

à lisura das eleições no país. 'Não há, pois, com o devido respeito, 'sala escura' de apuração. Os votos digitados na urna eletrônica são votos automaticamente computados e podem ser contabilizados em qualquer lugar, inclusive, em todos os pontos do Brasil', diz trecho da resposta do TSE.

No mês passado, em evento no Palácio do Planalto, Bolsonaro disse que uma das sugestões das Forças Armadas era direcionar um cabo com os dados que alimentaríamos esta 'sala secreta' para um computador controlado pelos militares. A proposta, porém, não consta nos questionamentos enviados ao TSE. Segundo a Corte, essa totalização paralela dos votos já é possível por meio dos boletins de urnas, que são afixados em todas as zonas eleitorais do país no dia da votação após o fim do horário de votação.

As Forças Armadas foram convidadas no ano passado pelo então presidente do TSE, o ministro Luis Roberto Barroso, para participar da Comissão de Transparência das Eleições (CTE). Na ocasião, a medida foi tratada como uma forma de apagar os ataques sem provas feitos por Bolsonaro às urnas eletrônicas, uma vez que os próprios militares participariam da preparação das eleições deste ano.

'ERRO DE PREMISSA' Nas respostas elaboradas por técnicos, o TSE apontou que em três dos sete itens apontados pelos militares, os questionamentos partiam de informações equivocadas a respeito do sistema de apuração dos votos.

Em uma dessas sugestões, por exemplo, a Corte afirma haver 'erro de premissa' na sugestão de aumentar o tamanho da amostra de urnas eletrônicas que passam pelo chamado teste de integridade, quando algumas urnas

PONTOS REBATIDOS

TSE respondeu sete questionamentos das Forças Armadas às eleições



NÚMERO DE URNAS AUDITADAS

As Forças Armadas sugeriram aumentar o número de urnas que são sorteadas e submetidas a auditoria independente no dia da votação. A Corte disse que, como são usadas há mais de 20 anos sem terem sido constatadas irregularidades, a probabilidade disso ocorrer é bem menor do que a calculada pelos militares. Assim, o tamanho da amostra - 648 urnas - é suficiente.



ESCOLHA DAS URNAS AUDITADAS

As Forças Armadas recomendaram um processo totalmente aleatório para a escolha das urnas que passam pelo 'teste de integridade'. Hoje, uma série de entidades, como partidos e órgãos públicos, fazem essa escolha, e também há um sorteio. Segundo o TSE, o modelo atual 'permite que se mantenha um grau de aleatoriedade'.



INEXISTÊNCIA DE SALA ESCURA

Além de uma apuração centralizada no TSE, os militares sugeriram a realização de outra, pelos TRÉs. A Corte negou a existência de uma 'sala escura' de apuração, termo usado por Bolsonaro, disse que houve uma centralização da totalização de votos no tribunal por sugestão da PF, mas que os TRÉs continuam comandando as apurações em seus estados.



FISCALIZAÇÃO

As Forças Armadas recomendaram incentivos à fiscalização e auditoria das urnas por algumas entidades, como os partidos e o Congresso. O TSE informou que já conta com uma auditoria interna e outra externa, por meio do Tribunal de Contas da União (TCU). Disse que também tem incentivado os partidos a atuar como entidades fiscalizadoras.



TESTE PÚBLICO DE SEGURANÇA

Os militares recomendaram que sejam incluídas no teste público de segurança urnas do modelo 'EU 2020' que serão usadas na eleição deste ano. O TSE informou que esse modelo deverá estar pronto até o fim da primeira metade deste mês, quando poderá então passar por testes. É que o modelo novo possui aprimoramentos importantes que o tornam mais seguro ainda.



POSSIBILIDADE DE IRREGULARIDADES

As Forças Armadas sugeriram que o TSE divulgue as consequências para as eleições caso seja identificada irregularidade durante o teste das urnas. O TSE destacou que, nas poucas vezes em que houve diferença entre o resultado da votação e o que era esperado, foi constatado, recorrendo-se ao vídeo feito, que houve erro humano de digitação nos votos. Em caso de inconsistência sem solução, caberá ao juiz eleitoral tomar as providências, podendo determinar a lação das urnas.



ELEITORES QUE JUSTIFICAM E DEPOIS VOTAM

As Forças Armadas sugeriram a divulgação de relatórios com dados sobre o comparecimento em cada seção eleitoral, para que os próprios eleitores que não tenham votado possam checar se seu voto não foi mesmo contabilizado. O TSE disse que a divulgação dessas listas pode entrar em choque com a Lei Geral de Proteção de Dados. Também argumentou que é possível alguém se justificar e depois votar sem haver fraude.

são sorteadas e submetidas a auditorias independentes no dia da votação. Para os técnicos, as Forças Armadas exageram na probabilidade de 'ocorrência de inconformidade' no funcionamento dos equipamentos. O tribunal destacou que, como são usadas há mais de 20 anos sem nunca ter sido constatadas irregularidades nos testes anteriores, essa probabilidade é bem menor. Assim, o tamanho da amostra, 648 urnas, é suficiente.

Outra sugestão rebatida pela Corte foi em relação à totalização dos votos. As Forças Armadas sugeriram a manutenção de uma apuração centralizada no TSE, mas a realização de outra pelos Tribunais Regionais Eleitorais (TRÉs) de cada estado, 'visando a diminuir a percepção da sociedade de que somente o TSE controla todo o processo eleitoral'.

Segundo os técnicos, contudo, a recomendação contém 'equivoco quanto à descrição da atual realidade da totalização', uma vez que houve centralização de equipamentos que totalizam os votos no edifício do tribunal por sugestão da PF, mas que os TRÉs continuam comandando as apurações em seus estados.

Além das respostas técnicas, o presidente do TSE, Edson Fachin, divulgou ofício enviado ao Ministério da Defesa no qual afirma que a Justiça Eleitoral tem historicamente assegurado a realização de eleições íntegras no país. 'O êxito e a credibilidade conquistados pela instituição nesta tarefa maior de promoção da democracia firmam esta Justiça especializada como verdadeiro patrimônio imaterial da sociedade brasileira', diz Fachin.

Aliado de Bolsonaro e autor de um requerimento ao TSE pedindo a divulgação das sugestões das Forças Armadas, o deputado Filipe Barros (PL-PR) disse considerar 'arrogantes' as respostas do TSE. O parlamentar passou a ser alvo da Polícia Federal no ano passado por divulgar conteúdo de um inquérito sigiloso sobre ataque hacker à Corte Eleitoral.

— A conduta do TSE é arrogante e tenta minimizar as vulnerabilidades apontadas. Estamos diante de um impasse institucional e não sabemos como solucionar. O TSE pode sem autorização legislativa implementar mudanças, mas pelo visto não quer.

DEMANDAS AO MINISTRO

Em meio à escalada na crise envolvendo o Palácio do Planalto e a Corte eleitoral, o ministro da Defesa, Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira, pediu ao TSE para centralizar todas as demandas da Comissão de Transparência das Eleições, grupo criado para acompanhar os preparativos da disputa deste ano.

A medida foi vista por oficiais como uma forma de levar o debate para o campo político, num tentativa de tirar do foco o general Heber Portella, comandante de Defesa Cibernética do Exército. Em dezembro, Portella enviou questionamentos sobre a segurança e transparência das eleições. As respostas do TSE foram divulgadas em fevereiro. As Forças Armadas, em seguida, enviaram novas sugestões, respondidas ontem pela Corte.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Globo - Rio de Janeiro/RJ

Seção: Poética **Página:** 4